

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / XIII ( 2 .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Criação do ACE na MSC/Medway (ex-CP Carga): ilegalidades, falta de respeito pelos trabalhadores e cumprimento dos compromissos assumidos no processo de privatização

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

### Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Estivemos esta segunda-feira numa iniciativa do PCP, em contacto com trabalhadores da Medway, na sede da empresa na Avenida da República em Lisboa, na sequência de um conjunto de preocupantes denúncias realizadas pelas suas Organizações Representativas dos Trabalhadores.

Apurámos que a Administração da Empresa está a tentar impor a passagem de um conjunto de trabalhadores para um ACE criado no quadro do Grupo MSC, com a assinatura de um contrato de cessão da posição contratual.

Esta seria uma medida de preocupante impacto para o futuro da Medway e com implicações muito perigosas para os seus trabalhadores. Uma medida unilateral, a que os trabalhadores responderam recusando assinar os contratos apresentados, o que já levou a multinacional a alterar algumas das condições que tentou impor e a reformular os contratos apresentados, apesar de persistir na pressão direta sobre os trabalhadores.

Esta tentativa de imposição foi feita em violação da lei, pois a empresa não respeitou os direitos da Comissão de Trabalhadores nestes processos, nomeadamente os direitos de informação, emissão de parecer e participação no processo.

Estamos ainda perante um profundo desrespeito pelos Sindicatos, com a tentativa de, sem qualquer discussão com estes, impor as alterações nas relações contratuais dos trabalhadores, apesar de (ou eventualmente por causa de) até existir um processo de negociação coletiva para a revisão do AE da empresa.

Apresentando um discurso onde afirma garantir todos os direitos dos trabalhadores, a multinacional deixa “cair a máscara” quando tenta pressionar diretamente os trabalhadores a aceitarem a cessação dos seus vínculos laborais atuais e se recusa – ou tem recusado até ao momento – a discutir este processo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores. E quando tenta impor um processo (que, ao que tem sido referido, será seguido por outros similares) que se destina claramente a pulverizar a força de trabalho, destruir a contratação coletiva e intensificar a exploração do conjunto dos trabalhadores.

Além de atentar a letra e o espírito da lei, este comportamento, perante as informações que nos foram transmitidas, viola compromissos assumidos na privatização da CP Carga. Infelizmente os sucessivos governos que prepararam, iniciaram e concluíram o processo de privatização da CP

Carga não tornaram público os compromissos efetivamente assumidos pela multinacional, apesar de a tal terem sido sistematicamente instado pelo PCP.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao Governo os seguintes esclarecimentos:

Ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:

- Que fará o Governo face à violação dos direitos da Comissão de Trabalhadores da Medway?
- Que medidas serão tomadas pelo Governo para defender os direitos dos trabalhadores da Medway, que estão a ser pressionados a aceitar a cessão de posição contratual?

Ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas:

- Quando tornará o Governo público o conjunto de compromissos assumidos pela multinacional quando recebeu a CP Carga de oferta? Que medidas está o Governo a desenvolver para assegurar o cumprimento desses compromissos?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 12 de Junho de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)